

## MONOCULTURA

# Expansão da soja ameaça Parque do Xingu

Desmatamento ao redor do parque compromete a bacia hidrográfica onde estão os formadores do Rio Xingu

Ana Maria Fiori  
de São Paulo (SP)

**H**oje a terra indígena é uma ilha de preservação ambiental, fragilizada pelas atividades no seu entorno. Depois de anos de ocupação desordenada por pecuaristas e madeireiros, na última década chegaram os sojicultores. Eles fornecem o grão in natura para grandes indústrias, que investem de forma estratégica na infra-estrutura para exportação pelo Norte do país.

O desmatamento no entorno do Parque Indígena do Xingu (PIX), de 1994 até 2000, foi de cerca de 1.600 quilômetros quadrados ao ano. Isso inclui a ocupação, pela soja, de antigas pastagens e áreas onde as árvores já foram derrubadas por madeireiros. Há anos os índios preocupam-se com a diminuição do número de peixes, o assoreamento dos rios situados em suas terras, a contaminação das águas e do solo pelos agrotóxicos utilizados nas fazendas que fazem limite com o parque.

Por isso, em maio deste ano, o Instituto Socioambiental (ISA) – organização não governamental que desenvolve o Programa Xingu, em parceria com a Associação Terra Indígena Xingu – organizou a Expedição Soja. O foco principal foram as fazendas que fazem limite com o parque, pois os índios desejam estabelecer um diálogo com os proprietários para que as reservas legais, áreas de floresta que os fazendeiros são obrigados a manter por lei, dentro de suas terras, fiquem encostadas ao parque. “Assim, seria garantida, ao menos, uma área-tampão, que tornaria o parque um pouco mais protegido da degradação em seu entorno”, diz a bióloga Rosely Alvim Sanches, que desde 1999 trabalha no Projeto “Diagnóstico Socioambiental da Região dos Formadores do Xingu”.

## PASSIVO AMBIENTAL

Essa medida paliativa, segundo Rosely, não é suficiente para solucionar os impactos ambientais da expansão da soja, até porque as cabeceiras dos rios que formam o Rio Xingu estão fora do perímetro do parque. Rosely diz ainda que o Mato Grosso já tem um passivo ambiental, provocado pelo modelo de desenvolvimento que, há décadas, privilegia a agroexportação.

Para o indigenista André Villas-Boas, coordenador do Programa Xingu do ISA, a função social da terra não é só a produtividade, e as terras não são um bem exclusivo de uma única geração: “Pertencem a um povo e, portanto, devem ser preservadas em sua integridade”. O proprietário que não cumpre com a função ambiental – parte da função

Fotos: Rosely Alvim Sanches/ISA



O cultivo de soja ocupa áreas de antigas pastagens e causa danos como a diminuição dos peixes e o assoreamento de rios. Os sojicultores regionais vendem os grãos para grandes indústrias, que investem em infra-estrutura para exportação

social da terra – tem de responder por isso, avalia o indigenista. “Existe legislação, existem mecanismos de controle. Os satélites estão aí, os computadores são muito rápidos, os serviços baratearam. O proprietário tem condições de pagar e entregar ao governo um produto claro sobre a sua propriedade, com imagens de satélite onde se veja a mata e seu estado de conservação”, acrescenta Villas-Boas.

O coordenador do Programa Xingu vê o contexto regional muito adverso e avesso à questão do planejamento socioambiental: “É difícil. O Estado deveria investir na governança e na aplicação mais inteligente da legislação. Ninguém quer impedir o desenvolvimento, mas para isso é necessária a presença do Estado. Na Amazônia, temos um faroeste”.

Nesse faroeste, nos últimos dez anos, a soja explodiu. Um eixo de soja desenvolve-se na parte sul da rodovia Cuiabá-Santarém, no Norte

do Mato Grosso, e o pólo principal fica no município de Sorriso. Outro pólo forma-se a leste do Parque do Xingu, no município de Querência. A preocupação dos pesquisadores do Instituto Socioambiental é com as rotas de exportação do produto e seu impacto, ao estimular a criação de novas áreas de cultivo do grão.

## A ROTA DA SOJA

No mapa da Secretaria de Transportes do governo do Estado do Mato Grosso está previsto o asfaltamento da BR 158, a leste do parque do Xingu, além da BR 242 — apelidada de Rodovia da Soja, que fica ao sul do parque e liga Água Boa, próxima de Querência, ao pólo de Sorriso. “A Rodovia da Soja corta as cabeceiras do Rio Xingu, região com cerca de 170 mil quilômetros quadrados que faz a conexão da BR 158, a leste, com a Cuiabá-Santarém, a oeste do parque. Grandes indústrias de alimentos já manifestaram interesse

em, por meio de consórcio privado, financiar o asfaltamento do trecho de Guarantã, no Mato Grosso, até Santarém, no Pará. Na cidade, recentemente foi inaugurado o porto da Cargill”, informa Rosely.

A pesquisadora não tem dúvidas: o quadro de desmatamentos e os impactos sobre o Rio Xingu serão intensificados, caso não aconteçam discussões regionais sobre os planos de governo. “É preciso estimular o debate sobre as consequências da criação de infra-estrutura para a expansão do cultivo de soja e seu escoamento pelas BRs. Nessa região onde nasce o Rio Xingu, recoberta originalmente por mata de transição entre Cerrado e Floresta Amazônica, pouco se conhece so-

bre a diversidade biológica. Entretanto, em 30 anos, os desmatamentos já consumiram mais de um terço de toda a região”, explica ela.

Sem negar a importância de rodovias asfaltadas para as populações locais, Villas-Boas explica como esse incentivo à produção e ao lucro pode comprometer ambientes já bastante degradados: “O processo estimula a especulação imobiliária. Em meses, o preço da terra quintuplicou. Isso gera o fracionamento das propriedades e, portanto, mais desmatamento para viabilizar uma dimensão de área plantada rentável”.

Para a bióloga, outro fator preocupante é o alto grau de agrotóxicos utilizados nas culturas. Da semeadura à colheita da soja, a planta e o solo recebem todo tipo de produtos químicos, como inseticidas, herbicidas e secantes. Como a colheita ocorre na época de chuvas, os pesticidas são, literalmente, carregados para os rios.

## ATUAÇÃO DAS EMPRESAS

As empresas com atuação local não querem falar muito sobre o assunto. A Cargill informou, por meio da assessoria de imprensa, que o investimento no terminal portuário de Santarém, no Pará, foi de aproximadamente 20 milhões de dólares. O terminal deve movimentar, inicialmente, cerca de 800 mil toneladas de soja ao ano e servir como base alternativa para o escoamento da produção de grãos no Mato Grosso e no Pará para Europa e Ásia.

Fábio Trigueirinho, secretário-geral da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), declarou: “A Abiove e seus associados não participam da produção de soja. Consideramos a soja a alavanca para o desenvolvimento sustentado de uma região que se encontra deprimida economicamente”.

A Bunge Brasil desenvolve, com a ONG Conservation International, um projeto de conscientização e educação ambiental junto a seus produtores. A coordenadora de comunicação da Conservation International do Brasil, Andrea Margit, esclarece que “a Bunge Brasil e a Conservation International do Brasil têm interesse em preservar a grande gama de recursos naturais do Cerrado”. Para isso, segundo Andrea, a conservação da biodiversidade será integrada às operações da Bunge, e serão criados incentivos para a conservação ao longo da cadeia produtiva da soja.

## Nações indígenas sofrem grande impacto

A expansão da soja para as cabeceiras do Parque do Xingu terá, sem dúvida, grande impacto sobre as nações indígenas, na opinião de Vicente José Puhl, coordenador do Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad) e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase-MT). Os índios Parecis, do Norte do Estado, já sofrem com o aparecimento de doenças, alergias, diminuição do pescado. Puhl denuncia, ainda, o aliciamento dos índios para arrendar terras e plantar soja dentro de suas áreas.

Caracterizando o Mato Grosso como o maior produtor de soja do Brasil - na safra 2002/2003, o Estado plantou aproximadamente 4,5 milhões de hectares - o coordenador do Formad revela: “As empresas do atual governador são os maiores plantadores de soja do mundo. Na última safra, foram 100 mil hectares”.

O coordenador da Formad e da Fase-MT informa que a soja representa 79% do total da exportação do estado e critica o modelo de produção utilizado em Mato Grosso: “Socialmente, o modelo de produção de soja de Mato Grosso nem de longe é sustentável, pois apenas 1,6% da sua produção vem da agricultura familiar. Assim, a soja em Mato Grosso gera pouquíssimos empregos.

Do ponto de vista ambiental, a situação não é melhor. Encontram-se lavouras de 30 mil, 40 mil hectares ininterruptos de soja. “O uso intensivo de insumos químicos para fertilização do solo, o uso intensivo de herbicidas para ‘limpeza’ da área e de agrotóxicos para controle de doenças e ‘pragas’ é assustador – são mais de vinte tipos utilizados. Isso levará à desertificação rápida dos solos frágeis e arenosos”, completa Puhl. (AMF)



Ambientalistas temem que a criação de rotas de exportação estimule a criação de novas áreas de cultivo, aumentando o impacto sobre o parque